



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

CONTRATO N° 07/2022

CONTRATO/CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM CONSÓRCIO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL E A ASSOCIAÇÃO DOS IRMÃOS EM CRISTO SERVO.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO “COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL”, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa situada à Avenida Sergipe n.º 457, Bairro Jardim Popular I, São José dos Quatro Marcos - MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º. 08.979.143/0001-07, neste ato representado pela sua Presidente **Sra. GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, brasileira, casada, bióloga, residente e domiciliada à Rua Juliano Mateus, S/N, Centro, na cidade de Glória D'Oeste – MT, CEP: 78293-000, portadora da Cédula de Identidade RG n.º. 11004940 SSP-MT e inscrita no CPF sob n.º. 722.901.371-20, por este ato denominado simplesmente de **CONTRATANTE/CONVENIADA** e a Entidade Formadora **ASSOCIAÇÃO DOS IRMÃOS EM CRISTO SERVO**, inscrita no CNPJ: 08.946.666/0001-49, com endereço na AV. Pernambuco, n.º 939 – CPA II Morada da Serra em Cuiabá-MT, representada pelo seu Presidente Sr. JOSÉ ROSA PEREIRA, brasileiro, missionário católico, casado, residente na Rua Pacaraima, n.º 308, Bairro Planalto, Cuiabá-MT, portador da carteira de identidade RG, n.º 637.443 SSP-MT e CPF n.º 503.438.661-53, doravante denominada **CONTRATADA/CONVENIANTE**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos da LEGISLAÇÃO Federal aplicável aos contratos administrativos e legislação do trabalho.

CLÁUSULA PRIMEIRA - SUPORTE LEGAL

01.1 - Este Contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei N.º. 14.133/2021 e legislação federal pertinente ao objeto e pelas convenções estabelecidas neste Instrumento, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente; o Decreto-lei No 5.452, de 01.05.1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO OBJETO

02.1 - O presente convênio tem por objeto promover o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens carentes, com idade, preferencialmente, entre 14 (quatorze) e 24 (vinte e quatro) anos na condição de assistidos, por intermédio de ações que lhes

Jose Rosa Pereira



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

asseguem a aquisição de hábitos, experiências e atitudes, indispensável à formação humana e social, formação técnico-profissional metódica, bem como a inserção no mercado de trabalho formal.

CLAUSULA TERCEIRA - DA LICITAÇÃO

03.1 - O presente contrato tem origem no processo de dispensa de licitação nº 11/2022/CIDESAT nos termos do inciso do Artigo nº. 75 da Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

04.1 – Regime de execução de contrato de prestação de serviços de ordem continuada.

CLÁUSULA QUINTA – DO INICIO E DURAÇÃO

05.1 - O presente contrato tem início nesta data com vigência de 24 meses, podendo ser prorrogado através de termo aditivo contratual, na forma da Lei até o limite de 60 meses.

CLAUSULA SEXTA – DO VALOR e REAJUSTE

06.1 – Tem o presente contrato o valor mensal ajustado de **R\$ 210,00** (duzentos e dez reais) por Jovem Aprendiz contratado.

06.1.1 – Com a previsão da contratação de 2 (dois) Jovens Aprendiz, pelo período inicial de 2 (dois) anos, fica estabelecido o Valor estimado total de **R\$ 10.080,00** (dez mil e oitenta reais) em 24 meses.

06.2 - O valor a que se refere a cláusula em questão pode ser reajustado anualmente e proporcionalmente ao reajuste anual do salário mínimo.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

07.1 – Os pagamentos serão efetuados ao CONTRATADO, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo dos Serviços, e estes serão feitos através de depósitos ou transferências bancárias em favor do mesmo ou em outra conta indicada oficialmente junto ao Consórcio.

07.2 – A primeira parcela deverá ser paga no ato da contratação dos Jovens e as demais a cada 30 dias contando da data do referido contrato de aprendizagem.

07.3 - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso sofrerá a incidência de juros de 01% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* (proporcionalmente) e multa de 2% (dois) por cento sobre o valor da parcela.

Jose Rana Pereira



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO

08.1 – A despesa do referente instrumento contratual deverá ser empenhado na seguinte dotação orçamentária:

01	CIDES COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL
01	Secretaria Executiva
2002	Manutenção do CIDES Nascentes do Pantanal
3.3.90.39	Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica

Fonte do Recurso Financeiro: Próprio do Orçamento vigente.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

09.1 Compete a Entidade Formadora **CONVENIANTE CONTRATADA**:

- I. Executar o programa de Aprendizagem, ministrando o aprendizado teórico, orientando e supervisionando a execução do aprendizado prático na empresa;
- II. Selecionar o programa aprendizagem, ministrado teórico, orientando e supervisionando a execução do aprendizado prático na empresa;
- III. Supervisionar as atividades dos jovens, em colaboração com a CONVENIADA, por meio de entrevistas, reuniões e visitas ao local de trabalho, estas previamente acordadas com a mesma;
- IV. Acompanhar periodicamente as atividades escolares dos jovens, fiscalizando a matrícula e frequência escolar dos aprendizes que não tiverem concluído o ensino obrigatório;
- V. Ministrar conteúdo teórico de formação técnico-profissional e oferecer aos adolescentes orientações gerais sobre higiene e segurança do trabalho, bem como noções de cidadania, ética e convivência comunitária;
- VI. Substituir os jovens mediante solicitações da CONVENIADA/CONTRATANTE, depois de esgotada todas as possibilidades de permanência de acordo com a legislação vigente;
- VII. Manter a CONVENIADA/CONTRATANTE informada sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal do convênio;
- VIII. Apresentar a inscrição de seu Aprendizagem junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do parágrafo único, art. 90 da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1.990;
- IX. Estruturar o programa de Aprendizagem contemplando os requisitos da portaria 671/2021, do Ministério do Trabalho e Previdência;
- X. Selecionar e contratar instrutores;

José Rana Paes



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

XI. Garantir as articulações e complementaridade entre a aprendizagem teórica e a prática;

XII. Avaliar o processo de aprendizagem e fornecer certificado definindo as competências, os conteúdos e as habilidades adquiridas durante o programa de Aprendizagem;

XIII. Desenvolver o programa de Aprendizagem em ambientes adequados que ofereçam as condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do art. 405, da CLT, e das Normas Regulamentares aprovadas pela portaria No 3.214/78;

XIV. Desenvolver o programa de Aprendizagem em horários compatíveis com a agenda escolar de cada aprendiz de modo a não prejudicar a sua frequência as aulas do ensino regular;

09.2 Compete a CONTRATANTE/CONVENIADA:

I. Colaborar com a CONVENIENTE na supervisão e na avaliação dos jovens colocados à sua disposição assegurando aos seus prepostos o acesso aos locais onde prestam serviço;

II. Participar do aprendizado teórico quando houver solicitação da conveniente, desde que a conveniada esteja apta tecnicamente para tal;

III. Receber, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o jovem durante o período prático, garantindo que esse aprendizado se faça por etapas, do mais simples para o mais complexo;

IV. Designar preceptor que prestará ao jovem às informações iniciais sobre CONVENIADA e o objetivo do trabalho a ser realizado, bem como o acompanhará no âmbito da Unidade, cabendo àquele informar a respeito do comportamento, atitudes, desempenho, educação e progresso dos adolecentes quando solicitados pela CONVENIENTE e sempre que julgar necessário;

V. Fazer o controle e anotações diárias do horário de trabalho cumprido pelo jovem, exigindo a sua assinatura em folha de frequência, remetendo mensalmente à CONVENIENTE os respectivos controles, no primeiro dia útil do mês subsequente, para acompanhamento;

VI. Responsabilizar-se pelas obrigações sociais e trabalhistas aos jovens encaminhados pela CONVENIENTE, tais como: pagamento de salários, INSS, FGTS, férias, PIS, acidente de trabalho, 13º salário, aviso prévio, rescisão do contrato de trabalho e outros na forma da legislação aplicáveis;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

VII. Comunicar via ofício, o desligamento de jovens com um prazo de 30 (trinta) dias de antecedência para que sejam tomadas as providências nos termos do art.433, da CLT;

VIII. Comunicar à CONVENIANTE, imediatamente e por escrito, as irregularidades porventura cometidas pelo jovem;

IX. Estabelecer jornada máxima de 20 (vinte) horas semanais e jornada diária compatível com horário escolar do adolescente, não superior a 4 (quatro) horas, conforme contrato de aprendizagem com o jovem;

X. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do Convenio, visando ao seu perfeito cumprimento, anotando em registros próprios às falhas detectadas e comunicando à CONVENIANTE as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;

XI. Efetuar pagamento mensal à CONVENIANTE, de acordo com as condições de preço e de prazo estabelecidos no contrato/convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DEMAIS CONDIÇÕES NA PRESTÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.1. A atividade laborativa de que trata o Parágrafo Primeiro estará sujeita à legislação trabalhista, Lei n°. 8.069, de 13/07/90; na Consolidação das Leis Trabalho-CLT, em seus artigos que regulam o trabalho do Jovem na condição de Aprendiz, com a nova redação dada pela Lei n°. 10.097, de 19/12/2000, o decreto 9.579/2018 e demais disposições legais e regulamentares que regem o trabalho do Jovem, de modo geral e no que lhe forem aplicáveis.

10.2. Os(as) jovem(ns) poderá(ão) efetuar os serviços: de um APRENDIZ DO CURSO DE ARCO ADMINISTRATIVO, com duração aproximada de 23 (vinte e três) meses, sendo a jornada de 4 (quatro) horas por dia, no total de 20 (vinte) horas semanais, totalizando 1.840 horas, sendo que 1.288 horas exercidas na prática e 552 horas na teórica. Desenvolvidas em atividades teóricas de forma presencial e semipresencial, metodicamente organizadas conforme proposta pedagógica. E em atividades práticas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

10.3. É vedado aos jovens executarem serviços particulares, manipularem valores em dinheiro e/ou executarem tarefas não compatíveis com sua função na empresa, assim como as atividades proibidas pelo Decreto 6.481/2008.

10.4. Os Jovens selecionados deverão ter idade mínima de 14 (quatorze) anos, e devem estar frequentando ensino regular ou supletivo de 1º e 2º graus, comprovados por documentos específicos.

10.5. Os jovens cumprirão jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, de 2ª (Segundas-feiras) a 6ª (Sexta-feira), sendo expressamente proibidas horas extras e/ou compensação de horas.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

10.6. O horário de trabalho deve ser compatível com o horário escolar dos jovens, ou seja, sempre em horário oposto ao escolar.

10.7. Em caso de perda, extravio ou furto de valores ou títulos representativos de quaisquer montantes, pelos jovens, a CONVENIANTE/CONTRATADA se exime de qualquer responsabilidade.

10.8. O jovem poderá ser dispensado, podendo ocorrer à reposição:

I. A seu pedido, com assistência de seu representante legal;

II. Por abandono dos estudos;

III. Por frequência irregular às atividades escolares, que impliquem perda do ano letivo;

IV. Por falta disciplinar grave;

V. Por desempenho insuficiente;

VI. Por inadaptação do aprendiz;

10.8.1. Caso a CONVENIADA opte pela reposição, esta deverá ser providenciada tanto pela Conveniada ou pela CONVENIANTE, a combinar, a seleção de outro aprendiz e que somente iniciará na empresa, após o tempo mínimo do curso teórico de aprendizagem.

10.9. A CONVENIADA se responsabilizará por quaisquer demandas trabalhistas ou previdenciárias relativas aos jovens alcançados por este Convenio.

10.10. A CONVENIANTE está autorizada a utilizar o nome e a imagem da CONVENIADA para propaganda e marketing deste convênio.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E MULTAS

11.1 – A parte que infringir quaisquer cláusulas do presente contrato, incorrerá em multa de 10%(dez por cento), do valor deste contrato, sem prejuízo de arcar com eventuais perdas e danos, lucros cessantes e danos emergentes derivados do inadimplemento, além de custas judiciais, despesas e honorários advocatícios.

11.2 – Pela Inexecução ou descumprimento contratual, fica a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas na Legislação relativa aos contratos públicos.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 – A rescisão do presente contrato poderá ser:

- a) Amigável: por acordo entre as partes com antecedência de 30 (trinta) dias;
- b) Administrativa: por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78, da Lei nº. 8666/93;

José Rana Paes



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Municípios Consorciados:

ARAPUTANGA, CÁCERES, CURVELÂNDIA, FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, GLÓRIA D'OESTE, INDIAVAÍ, JAURU, LAMBARI D'OESTE, MIRASSOL D'OESTE, PORTO ESPERIDIÃO, RESERVA DO CABAÇAL, RIO BRANCO, SALTO DO CÉU E SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

E-mail: nascentesdopantanal@gmail.com - SITE: www.nascentesdopantanal.org.br - CNPJ 08.979.143/0001-07

c) Judicial: nos termos da legislação processual.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

13.1 – O servidor Sr. DANILO RICARDO PIVETTA, fica designado responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do contrato nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93

13.2 – Por assentimento mútuo, sujeitam-se as partes às aplicações das normas da Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes elegem como domicílio legal, o foro da Comarca de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes, aceitas as disposições estabelecidas nas Cláusulas deste Instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei No. 8.666/93, bem como as demais normas complementares.

São José dos Quatro Marcos – MT, aos 18 dias do mês de maio de 2022.

SILVIO QUEIROZ TELES
Assessor Jurídico OAB-MT 10.440

DANILO RICARDO PIVETTA
Fiscal Acompanhamento Contrato

CONTRATANTE

CONTRATADA

Jose Rosa Pereira

CONSÓRCIO NASCENTES DO PANTANAL
GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO
Presidente

ASSOCIAÇÃO DOS IRMÃOS EM CRISTO SERVO
Sr. JOSÉ ROSA PEREIRA
Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: DARIU ANTONIO CARNIEL
CPF n.º 383.380.331-20

Nome: RICARDO SANTOS DELA CRUZ
CPF n.º 015.400.521-50